

2016

Relatório de Gerenciamento de Riscos

Este trabalho apresenta estudos técnicos com o objetivo de ampliar a divulgação da informação no âmbito da Instituição, contribuindo para a gestão de risco.



Sumário

I	INTRODUÇÃO	3
II	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	3
III	GERENCIAMENTO DE CAPITAL	5
IV	GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	14
	1 RISCO OPERACIONAL.....	14
	2 RISCO DE MERCADO	16
	3 RISCO DE LIQUIDEZ	19
	4 RISCO DE CRÉDITO.....	19
	a) Carteira de Financiamento Imobiliário	21
	b) Carteira de Aplicações Financeiras	27
V	CONCLUSÃO.....	28

I INTRODUÇÃO

Conhecer e dar tratamento aos riscos não é mais uma necessidade técnica, mas um assunto estratégico para as organizações.

A gestão efetiva de riscos possibilita um maior controle dos seus efeitos e, quando aplicada tempestiva e corretamente, minimiza os seus impactos.

A POUPEX - Associação de Poupança e Empréstimo, instituição financeira partícipe do Sistema Financeiro Nacional, entende ser essa gestão um fator relevante para o correto gerenciamento de seus processos e do capital.

Assim, a Empresa preconiza em suas diretrizes que se busque incessantemente o *aprimoramento contínuo do Sistema de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos*, com vista a mitigar a exposição da Instituição a riscos, de forma a manter o fluxo produtivo e sua permanência no mercado.

A cultura organizacional tem enfatizado a adoção de medidas de controle em todos os níveis, além do desenvolvimento de conscientização quanto aos cuidados com os riscos, de forma a resultar no almejado crescimento e sucesso.

Com esta percepção, este relatório tem como finalidade expor os resultados alcançados pela POUPEX, apresentando síntese descritiva do Gerenciamento de Capital e da Gestão de Riscos, nos campos Operacional e Financeiro (Risco de Mercado, Crédito e Liquidez).

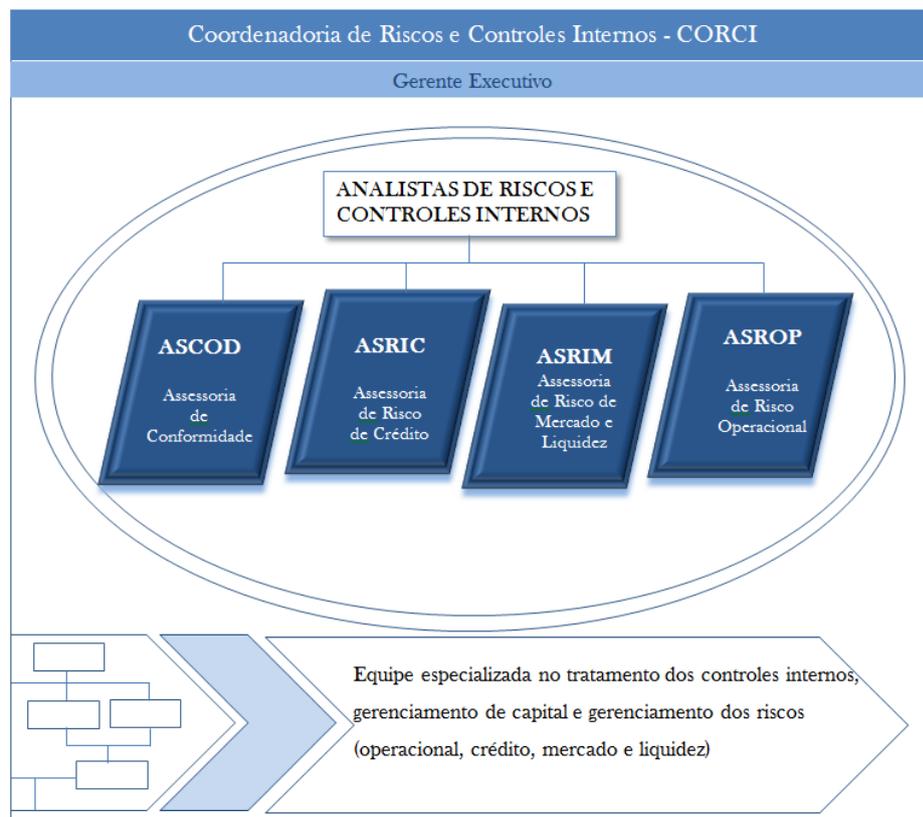
II ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A supervisão da estrutura organizacional dos controles internos e do gerenciamento de riscos é de responsabilidade do Vice-Presidente, por ser este o Diretor indicado junto ao Órgão Fiscalizador – Bacen.

Ele conta com uma equipe técnica e multidisciplinar operando junto aos Riscos de Mercado, Liquidez, Crédito e Operacional, e ao Gerenciamento de Capital, de modo a conduzir os processos da instituição de forma contínua e condizente com as reais necessidades.

Assevera-se que, no âmbito institucional, existe uma política de divulgação em que ressalta a importância de se buscar a gestão de riscos em todos os processos, em especial o operacional.

A Governança conta com a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI que atua na análise e na avaliação dos riscos, a fim de reduzir a exposição da instituição a riscos, como também com o gerenciamento de capital, visando a avaliar a eventual necessidade de capital para fazer frente aos riscos das operações.



O Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos atuam em perfeita parceria com os gestores de cada UTA. Quando se identifica alguma situação que possa representar riscos à instituição, procedem-se análises minuciosas quanto ao processo, com vistas a averiguar a melhor metodologia a ser implementada com o intuito de reduzir o risco de forma tempestiva.

Além da conformidade aos normativos do Órgão Regulador, salienta-se que o Sistema de Controles Internos e a Gestão de Riscos e de Capital estão alinhados à

Diretriz Geral da Presidência, mantendo-se, assim, sintonizados com os direcionadores estratégicos da Instituição.

Aplica-se o Método Básico na alocação de capital para o risco operacional, por ser o indicador que melhor reflete a exposição do nível de risco que a Instituição está exposta.

O conteúdo disposto neste relatório condiz com os procedimentos adotados pela Administração Superior da Instituição, considerando a abordagem e o detalhamento utilizados para os tratamentos adequados, que após validação é publicado na página da POUPEX na Internet (www.poupe.com.br), conforme instrução do órgão regulador.

III GERENCIAMENTO DE CAPITAL

Consiste num processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição. Com base no planejamento de metas e considerando os objetivos estratégicos da instituição, avalia-se a necessidade de capital regulatório para fazer frente aos riscos que a instituição está sujeita, conforme as Resoluções CMN nº 3.988/2011 e CMN 4.388/2015.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar o relatório do gerenciamento de riscos da instituição, que contém as informações relativas ao gerenciamento de capital e demais riscos.

A Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, subordinada a Vice-Presidência, responde pelo gerenciamento de Capital, exercendo essa atividade de forma segregada das unidades de negociação, das unidades operacionais e de execução, e da atividade de Auditoria Interna.

A Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO acompanha regularmente os ambientes interno e externo e a evolução de fatos que possam ter impacto no Planejamento Estratégico da Instituição, e apresenta mensalmente à Diretoria Colegiada o desempenho orçamentário, disponibilizando informações à CORCI, quando demandada.

O Vice-Presidente é responsável pela apresentação dos dados compilados e formatados pela CORCI e pela COGEO, a serem oportunamente disponibilizados em relatórios de acesso aberto ao público.

O processo de gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico e contém o plano de capital que prevê as metas e projeções, as principais fontes de capital, e identifica as ações de contingência a serem consideradas em cenários de estresse, antecipando possíveis mudanças nas condições do ambiente econômico em que atuamos.

Esse gerenciamento é realizado para suportar o crescimento planejado dos negócios e cumprir com os requerimentos regulatórios aprovado no âmbito do plano anual de capital, com o objetivo de manter uma base de capital consistente e superior ao mínimo exigido pelo regulador, conforme projeções a seguir:

Composição do Patrimônio de Referência (PR)

Base de Cálculo - em R\$ mil	Períodos		
	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência Nível I	955.295	1.036.179	1.114.950
Capital Principal (CP)	955.295	1.036.179	1.114.950
Reserva de Capital, Reavaliações e Lucros	970.611	1.059.965	1.143.587
Ajuste de Avaliação Patrimonial e TVM	7.615	7.615	7.615
Sobras ou Lucros acumulados	-	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-	-
Ajustes Prudenciais II - Ativos Intangíveis	7.701	16.170	21.021
PR Nível I Desconsiderados Ajustes Prudenciais	962.996	1.052.349	1.135.971
Capital Principal Ajustado II	970.697	1.068.520	1.156.992
Patrimônio de Referência Nível II	-	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	955.295	1.036.179	1.114.950

Parcela de Exposições Ponderadas por Fator de Risco de Crédito (RWA_{CPAD})

Composição do RWA_{CPAD} por FPR em R\$ mil	Períodos		
	2017	2018	2019
FPR 001 ou 0%	-	-	-
FPR 021 ou 20%	-	-	-
FPR 024 ou 20%	450.188	455.157	459.901
FPR 043 ou 35%	608.735	715.126	821.380
FPR 102 ou 100%	1.023.673	1.117.118	1.212.038
Valor da Parcela do FPR/EPR	2.082.596	2.287.401	2.493.319

Composição dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)

Exposições ao Risco - em R\$ mil	Períodos		
	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência (PR)	955.295	1.036.179	1.114.950
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	2.572.314	2.756.670	2.986.526
Parcela Exposição Riscos de Crédito	2.082.596	2.287.401	2.493.319
Parcela Exposição Riscos de Mercado	76.514	79.245	81.849
$RWA_{JUR 1}$	-	-	-
$RWA_{JUR 4}$	76.514	79.245	81.849
Parcela Exposição Riscos Operacionais	413.204	390.023	411.358
Valor da RBAN	92.807	113.391	137.435
Margem s/ PR sem R_{BAN} [$PR - (RWA * (Fator "F"^{(1)}) - R_{BAN})$]	624.549	685.026	738.593

Abertura do Índice de Imobilização

R\$ mil

Limites	Períodos		
	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência (PR)	955.295	1.036.179	1.114.950
Limite para Imobilização (PR x 0,5)	477.647	518.090	557.475
Situação p/ o Limite de Imobilização	47.652	45.231	44.214
Margem ou Insuficiência	429.995	472.859	513.261
Índice de Imobilização	4,99%	4,37%	3,97%

Margens de Requerimento Relativas ao RWA

R\$ mil

Margens	Períodos		
	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência (PR)	955.295	1.036.179	1.114.950
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	2.572.314	2.756.670	2.986.526
Valor do R_{BAN}	92.807	113.391	137.435
PR Mínimo Requerido p/ o RWA e RBAN [(RWA*(Fator "F") + RBAN)]	330.746	351.153	376.357
Margem p/ Verificação do Adicional de Capital Principal [PR (-) PR Mínimo Requerido]	624.549	685.026	738.593

Índices de Basileia (IB)

	Períodos		
	2017	2018	2019
Índice de Basileia	37,14	37,59	37,33
Índice de Basileia - AMPLO (RBAN)	26,72	25,45	23,70
Índice de Capital Principal (ICP)	37,14	37,59	37,33
Índice de Nível I (IN1)	37,14	37,59	37,33

Essas avaliações prospectivas também contemplam os normativos referentes ao gerenciamento de risco operacional, de mercado e de crédito, conforme estipulado pelas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09, respectivamente, e circulares vinculadas, todas do Banco Central. Tais avaliações são projetadas para os três anos seguintes e são produzidas a partir das informações do Demonstrativo de Limites Operacionais – DLO.

O Bacen, por meio das Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, determina que as instituições financeiras mantenham permanentemente o capital (Patrimônio de Referência) e os adicionais de capital principal (Conservação, Contracíclico e Sistemico) compatíveis com os riscos de suas atividades.

Esses riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco (RWA), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de crédito, mercado e operacional, tendo a POUPEX mantido base de capital preventivamente gerenciada para cobrir os riscos inerentes ao negócio.

O Patrimônio de Referência (PR) é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. É formado pelo somatório dos Capitais Nível I e Nível II.

O Nível I é constituído por duas parcelas, a de Capital Principal e a Complementar, englobando elementos que demonstrem capacidade efetiva de absorver perdas durante o funcionamento da instituição financeira. Já o Nível II é utilizado quando constatada a inviabilidade de funcionamento.

O Capital Principal (CP) da POUPEX é composto pelas Reservas de Lucros e contas de Resultado, deduzindo-se os Ajustes Prudenciais.

Esses ajustes referem-se às deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a sua qualidade, em decorrência de sua baixa liquidez, difícil avaliação ou dependência de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016 a POUPEX passou a deduzir os ajustes do Capital Principal, aplicando um percentual sobre os ativos intangíveis constituídos a partir de outubro de 2013. De acordo com o Art. 11 da Resolução CMN nº 4.192/13, essas deduções serão ajustadas conforme o disposto a seguir:

A partir de 01/01/2016	A partir de 01/01/2017	A partir de 01/01/2018
60%	80%	100%

A adequação do PR da Instituição é acompanhada mensalmente pelo Demonstrativo de Limites Operacionais (DLO), conforme Instrução de Preenchimento do órgão regulador, sendo expressos na forma de índices obtidos pela relação entre o capital disponível, demonstrado pelo Patrimônio de Referência (PR), ou Capital Total, composto pelo Nível I e os ativos ponderados pelo risco.

O quadro a seguir apresenta a evolução da composição do Patrimônio de Referência (PR) e seus detalhamentos, obedecidos aos critérios previstos na Circular nº 3.678/13:

Detalhamento do Patrimônio de Referência PR - Nível I e Nível II – Em R\$ Mil	dez-15	dez-16
Patrimônio de Referência Nível I	778.059	892.770
Capital Principal (CP)	778.059	892.770
- Reserva de Capital	779.377	906.107
- Ajuste a Valor de Mercado	1.318	7.615
- Sobras ou Lucros acumulados	-	-
- Contas de Resultado Credoras*	-	-
- Contas de Resultado Devedoras*	-	-
Ajustes Prudenciais II – Ativos Intangíveis	-	5.722
PR Nível I Desconsiderados Ajustes Prudenciais	778.059	898.492
Capital Principal Ajustado II	778.059	904.214
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	778.059	892.770

*Observar que para a data-base de dezembro a exposição deve ter como referência o documento de balanço.

Em 2015 o PR da Instituição retornou aos patamares normais depois que o BACEN editou a Resolução nº 4.400, de 27 fevereiro de 2015, desconsiderando o limite determinado no art. 25 da Resolução Bacen nº 4.192/2013, que considerava para as Associações de Poupança e Empréstimo o excesso do capital principal ajustado em relação ao limite de 200% do capital social. Esse limite anteriormente estabelecido deduzia o valor do nosso Capital Principal ocasionando uma diminuição do Patrimônio de Referência.

Para o cálculo desses requerimentos mínimos de capital deve ser apurado o montante total do RWA pela soma das parcelas dos ativos ponderados pelos riscos de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Na apuração do montante de ativos ponderados pelo risco (RWA), considera-se a soma das seguintes parcelas:

$$RWA = RWA_{CPAD} + RWA_{CAM} + RWA_{JUR} + RWA_{COM} + RWA_{ACS} + RWA_{OPAD}$$

Em que:

RWA_{CPAD}	Parcela relativa às exposições aos ativos ponderados pelo risco de crédito.	Risco de Crédito
RWA_{CAM}	Parcela relativa às exposições em ouro, moeda estrangeira e em	

	ativos sujeitos à variação cambial.	Risco de Mercado
RWA_{JUR}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxa de juros, cupons de juros e cupons de preços e classificadas na carteira de negociação.	
RWA_{COM}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de mercadorias (commodities).	
RWA_{ACS}	Parcela relativa às exposições sujeitas à variação do preço de ações e classificadas na carteira de negociação.	Risco Operacional
RWA_{OPAD}	Parcela relativa ao cálculo de capital requerido para o risco operacional.	

A tabela abaixo apresenta os valores dos ativos ponderados de risco de crédito (RWA_{CPAD}), segregados por fator de ponderação de risco:

	R\$ mil	
Composição do RWA_{CPAD} por FPR	dez-15	dez-16
FPR 024 ou 20%	404.679	477.238
FPR 043 ou 35%	457.612	533.315
FPR 101 ou 100%	2.691.629	-
FPR 102 ou 100%	-	946.453
Valor da Parcela do FPR/EPR	3.553.921	1.957.006

A evolução do Ativo Ponderado pelo Risco (RWA) da instituição encontra-se demonstrada a seguir, conforme estabelece às Circulares nº 3.644/13 e 3.678/13:

	R\$ mil	
Compatibilização do PR com o RWA	dez-15	dez-16
Patrimônio de Referência (PR)	778.059	892.770
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	3.917.142	2.460.640
RWA _{CPAD} p/ Risco de Crédito	3.553.921	1.957.006
RWA _{MPAD} p/ Risco de Mercado	6.093	74.776
RWA _{OPAD} p/ Risco Operacional	357.128	428.858
Valor da RBAN	59.357	76.999
Margem s/ PR Considerando R_{BAN} (PR - $(RWA * 0,09875) - R_{BAN}$)	287.816	572.783

O cálculo do RWA_{OPAD} ocorre semestralmente. Conforme mensagem eletrônica nº 108048383 transmitida por meio do SISBACEN, em 26.05.2008, a POUPEX adotou o

Indicador Básico como metodologia para a apuração da parcela dos ativos ponderados pelo risco, para calcular o capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}).

No Brasil, o Índice de Basileia é determinado pelo Bacen, por meio do Requerimento Mínimo de Patrimônio de Referência, que corresponde à aplicação do fator “F” ao montante dos Ativos Ponderados pelo Risco – RWA, conforme estabelece o Art. 4º da Resolução nº 4.193/13.

Os requerimentos mínimos de capital da POUPEX seguem o conjunto de resoluções e circulares divulgadas pelo Bacen que implantam no Brasil os padrões globais de requerimento de capital conhecidos como Basileia III.

O requerimento mínimo de Capital Total correspondeu a um índice de 9,875% em 2016, que deverá ser reduzido gradualmente até 8% em 2019. Por outro lado, as normas do BACEN estabeleceram a introdução, também gradual, de um colchão chamado de Adicional de Capital Principal (ACP), que corresponde à soma das parcelas ACPconservação, ACPcontracíclico e ACPsistêmico que, em conjunto com as condições mencionadas no parágrafo anterior, aumentam as exigências de capital ao longo do tempo. O valor da soma das parcelas ACPconservação e ACPcontracíclico aumentará gradualmente de 0,625%, a partir de 1º de janeiro de 2016, para 2,5%, a partir de 1º de janeiro de 2019. O ACPsistêmico não é aplicável à POUPEX.

A tabela abaixo apresenta o cronograma de implantação dos novos requerimentos de capital em linha com os limites mínimos do Patrimônio de Referência:

Cronograma de Implantação de Basileia III	A partir de 1º de janeiro			
	2016	2017	2018	2019
Capital Total	11,13%	11,75%	12,38%	13,00%
Patrimônio de Referência (PR)	9,875%	9,25%	8,625%	8,00%
Adicional de Capital Principal (ACP) - Total	1,25%	2,50%	3,75%	5,00%
ACP – Conservação	0,625%	1,25%	1,875%	2,50%
ACP – Contracíclico	0,625%	1,25%	1,875%	2,50%
ACP – Sistêmico	0%	0%	0%	0%

A próxima tabela demonstra as projeções do Índice de Basileia (IB) e dos Adicionais de Capital Principal (ACP) requeridos sobre os montantes dos ativos ponderados pelo risco (RWA), em comparação com os requerimentos mínimos de capital:

Detalhamento do Requerimento de Capital			
Indicador	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência - PR	955.295	1.036.179	1.114.950
Adicional de Capital Principal Requerido p/ o RWA	64.308	103.375	149.326
Adicional de Conservação de Capital Principal	32.154	51.688	74.663
Adicional Contracíclico de Capital Principal	32.154	51.688	74.663
Adicional Sistêmico de Capital Principal(*)	0,00	0,00	0,00
Índice de Basileia Projetado para o Período	37,14%	37,59%	37,33%
Requerimento Mínimo de Capital Total (PR + ACP)	11,75%	12,38%	13,00%

(*) O Adicional de Importância Sistêmica de Capital não é aplicável à POUPEX conforme Res. 4.193/13.

Concernente ao IB, o quadro abaixo apresenta a evolução de sua composição, com base no mês de dezembro/16, atendendo à nova métrica editada pelo BACEN, Resolução nº 4.400 de 27 fevereiro de 2015, que desconsiderou o limite determinado no art. 25 da Resolução Bacen nº 4.192/2013.

Índice de Basileia - IB	dez-15	dez-16
IB - ÍNDICE DE BASILEIA	19,86	36,28
IB - AMPLO (RBAN)	17,46	27,55
ICP - ÍNDICE DE CAPITAL PRINCIPAL	19,86	36,28
IN-1 - ÍNDICE DE NÍVEL I	19,86	36,28

Em dezembro de 2016 a POUPEX registrou um IB de 36,28%, enquanto a média dos bancos de pequeno porte, utilizados como referência comparativa de mercado, foi de 18,98%, segundo dados disponibilizados pelo *RiskBank*, referência setembro/2016.

Na publicação das notas explicativas, constantes das demonstrações financeiras, são apresentados os valores e índices do mês de fechamento de forma comparativa àqueles relacionados ao período anterior, o que possibilita verificar a correspondente movimentação ano a ano.

Observando-se o quadro anterior, verifica-se uma variação significativa no valor do IB, entre um exercício e outro.

Entretanto, justifica-se tal acréscimo do IB pela utilização de novo mitigador de risco para o RWA, apurado para exposições a risco de crédito com base em metodologia padroniza a partir de maio de 2016.

IV GERENCIAMENTO DE RISCOS

1 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais. Inclui o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O gerenciamento do Risco Operacional tem se tornado mais que uma obrigação no âmbito das instituições financeiras, apresentando-se atualmente como uma necessidade para a continuidade dos negócios.

Grande parte dos problemas que ocorrem nas empresas está relacionada a questões operacionais gerados por algum descuido, engano, deficiência ou até insuficiência na gestão dos processos ou dos sistemas.

Mensurar os reflexos provocados nesta metodologia de gestão revela-se um importante desafio, pois analisar os riscos inerentes aos processos, pessoas e sistemas, com vistas a mitigá-los, evitando a possibilidade de perdas e à exposição da imagem da instituição, constitui-se no controle do risco operacional.

Em linha com os princípios da Resolução CMN 3.380 e da Circular Bacen nº 3.647, a POUPEX possui estrutura e normativo institucional para gerenciamento de risco operacional aprovados pelo Conselho de Administração.

O gerenciamento de risco operacional é composto pelas atividades de gestão e controle dos riscos operacionais, cujo objetivo é suportar a instituição na tomada de decisão, buscando sempre a correta identificação e avaliação dos riscos, assim como a proteção dos ativos e a imagem da instituição.

A estrutura desse gerenciamento busca identificar, avaliar e administrar os possíveis riscos operacionais e reportar as atividades a Alta Administração, com a finalidade de garantir a qualidade do ambiente de controle aderente aos normativos internos e à legislação vigente.

Assim, a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos da POUPEX tem alinhado procedimentos, organizados como rotinas periódicas, com o intuito de intervir tempestivamente na mitigação dos riscos incorridos nos processos, atuando em consonância com as diretrizes da governança, e com a participação das Unidades Técnico Administrativas.

Neste sentido, a CORCI utiliza o Mapeamento dos Processos e Inovação de Melhorias, realizado na instituição, com a finalidade de monitorar os eventos que se identificam como potenciais de risco, para os quais se recomendam tratamento pertinente.

De igual modo utiliza-se do canal da ouvidoria em que são coletados registros realizados pelos clientes externos. Esses registros são acompanhados pela CORCI que demanda as UTA para a realização de tratamentos e ajustes, com reflexos na redução das ocorrências.

Dessa forma, a CORCI tem identificado os processos operacionais merecedores de atenção, em diferentes áreas na instituição, sob a percepção do risco operacional, contemplando-os com as melhores práticas de gestão do risco. Tem promovido, ainda, o treinamento e estimulado a conscientização do quadro de empregados, por meio da realização de palestras sobre a necessidade da adoção de controles.

Como consequência, resultados significativos têm sido obtidos e contribuídos para o alcance da missão da instituição, em especial, naquilo que se refere à mitigação do risco de imagem.

Ressalta-se, ainda, que a disseminação da cultura de riscos e controles para os empregados é um importante pilar que visa a subsidiar o melhor entendimento do assunto e o relevante papel desempenhado por cada um.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados no § 2º do art. 2º da Resolução nº 3.380, de 29 de junho de 2006, do CMN, além de outras categorias que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado.

A atuação da estrutura do gerenciamento de risco operacional permite a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle, com abordagem em relatório com periodicidade mínima anual.

2 RISCO DE MERCADO

O Risco de Mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição.

A estrutura de gerenciamento do Risco de Mercado da POUPEX estabelece políticas e estratégias singulares, com definição de limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição em níveis aceitáveis pela instituição.

Esta composição é compatível com a natureza das operações realizadas, a complexidade dos produtos e a dimensão da respectiva exposição a esse tipo de risco, abrangendo tanto a carteira disponível para negociação como as demais posições.

	Acumulado – 2016	
	CDI	Custo Poup.
1º Trim.	3,25%	1,90%
2º Trim.	3,36%	1,94%
3º Trim.	3,47%	2,01%
4º Trim.	3,24%	1,91%
Ano	14,00%	8,00%

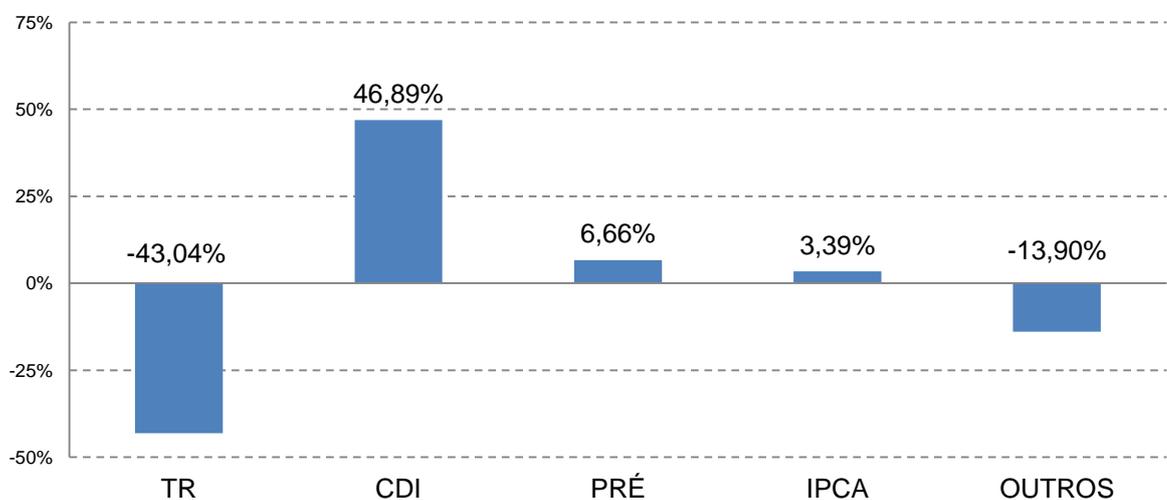
Realizam-se simulações em condições extremas de mercado - testes de estresse, inclusive quebras de premissas.

Os principais riscos de mercado assumidos concentram-se nas operações de renda fixa, considerando que as classes de ativos monitorados são CDI, TR e IPCA.

O passivo da Instituição está lastreado no Fator de Risco (FR) pós-fixados em TR, representando aproximadamente 74,48% das obrigações, particularmente em função da remuneração dos recursos de poupança. Já o ativo está próximo de 31,44% neste FR, correspondente às operações de financiamento imobiliário, exceto Material de Construção (taxa prefixada).

De acordo com a Gerência Financeira - GEFIN, o custo de poupança no ano correspondeu a 8,0%, e do CDI a 14,0%.

Descasamento dos Fatores de Risco



A origem dos recursos da POUPEX está concentrada em Caderneta de Poupança, em menor parte em Depósitos Especiais (DE), indexados à TR e ao CDI, respectivamente, em Letra de Crédito Imobiliário (LCI), também indexado a CDI, e em Reserva de Lucro e outras obrigações. Assim, a TR é o indexador que se vincula à operação mais representativa das obrigações da Instituição.

A carteira de aplicações financeiras é composta de Títulos Privados e Públicos, sendo os Privados representados pelos Certificados de Depósitos Interfinanceiros (CDI), Fundos de Investimentos (FI), Depósito a Prazo com Garantia Especial (DPGE) e Letras Financeiras (LF), que estão atrelados à taxa de CDI, além do Certificado de Recebível Imobiliário (CRI), cujo indexador é IGP-M. Já os Públicos são constituídos de Notas do Tesouro Nacional atrelados ao IPCA (NTN-B) e em Fundos de Compensação de Variação Salarial (FCVS) vinculados à TR.

Os testes de estresse realizados consideram possibilidades de perdas correspondentes aos percentuais de 5%, 10% e 20% do Patrimônio de Referência dos títulos mantidos até o vencimento.

Os saldos das operações vinculadas ao IGP-M não são significativos em relação ao Patrimônio de Referência, e, por isso, não são realizadas simulações correspondentes, principalmente se considerado o fato de que em caso de perda total de tais posições, o impacto seria inferior a 1% do PR.

Entre as exigências de disponibilização de informações está o Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM) que é remetido ao Bacen, conforme previsto pela Circular nº 3.642/13.

A posição dos títulos disponíveis para venda mantidos pela Instituição está representada no quadro a seguir:

R\$ mil

Carteira em Relação ao PR*	dez-15	dez-16
Somatório das Parcelas	6.093	74.775
% em relação ao PR	0,78%	8,38%

Obs.: *Patrimônio de Referência

A alta variação observada no quadro acima é decorrente do aumento dos títulos classificados como “Disponíveis para Negociação”, além das novas determinações da Instituição, que considerando o atual cenário econômico, entende-se ser mais prudente marcar todas as operações a mercado. Assim, a partir de novembro do corrente ano, todas as novas aplicações financeiras foram classificadas como “Disponíveis para venda”. Contudo, vale ressaltar que esta alteração não afetou significativamente o Índice de Basileia, que continua em patamar confortável.

Na abordagem relacionada ao comportamento da carteira, constata-se que a Taxa Interna de Retorno (TIR) relacionada ao material de construção possui uma margem bem confortável em relação ao juro básico da economia, SELIC, que encerrou o ano em 13,75%.

Na primeira reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) de 2017, a perspectiva para taxa referencial da BM&F e do FOCUS apontava para redução aproximada da taxa SELIC de 13,75% para 13,25%. Contudo, após a divulgação da inflação de 2016, o comitê surpreendeu o mercado anunciando um corte de 0,75%, intensificando a queda na taxa Selic, que ficou em 13% aa.

A inflação oficial do país, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), ficou em 6,29% no ano de 2016, acima do centro da meta que era de 4,50%, mas abaixo do limite máximo do intervalo de tolerância que era de 6,50%. Para 2017, o centro da meta será mantido, entretanto o intervalo de tolerância será reduzido de 2% para 1,5%. Conforme quadro abaixo:

	6,5% aa	
	+2%	6% aa
4,5% aa		+1,5%
Centro da Meta	-2%	-1,5%
		3% aa
	2,5% aa	
	2016	2017

3 RISCO DE LIQUIDEZ

Conforme normativo do Bacen, Risco de Liquidez é o desequilíbrio entre ativos negociáveis e passivos exigíveis, no sentido de mensurar possíveis descasamentos que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de direitos e obrigações.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez identifica, avalia, monitora e controla os riscos. A Diretoria e o Conselho de Administração asseguram que a Instituição mantenha níveis adequados e suficientes de liquidez, mediante políticas e estratégias claramente documentadas para a gestão desse risco.

Há um plano de contingência de liquidez, anualmente atualizado, que estabelece responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse, realizando os referidos testes com cenários de curto e de longo prazo, cujos resultados são considerados no estabelecimento ou revisão das políticas.

Essa contingência está apoiada em recursos aplicados em fundos de investimentos, CDI-OVER e operação compromissada com o Banco do Brasil (BB), o que garante situação confortável para a instituição, já que na hipótese de haver uma fuga de recursos de poupança em percentuais correspondentes a 5%, 10% e 20% e, também, 100% dos clientes dos depósitos especiais, a liquidez apresentaria resultados conforme detalhado no quadro a seguir:

Direito x Obrigações	dez-15	dez-16
Fuga de 100% de DE mais:		
5% dos Recursos de Poupança	2,59	2,73
10% dos Recursos de Poupança	2,05	2,20
20% dos Recursos de Poupança	1,45	1,59

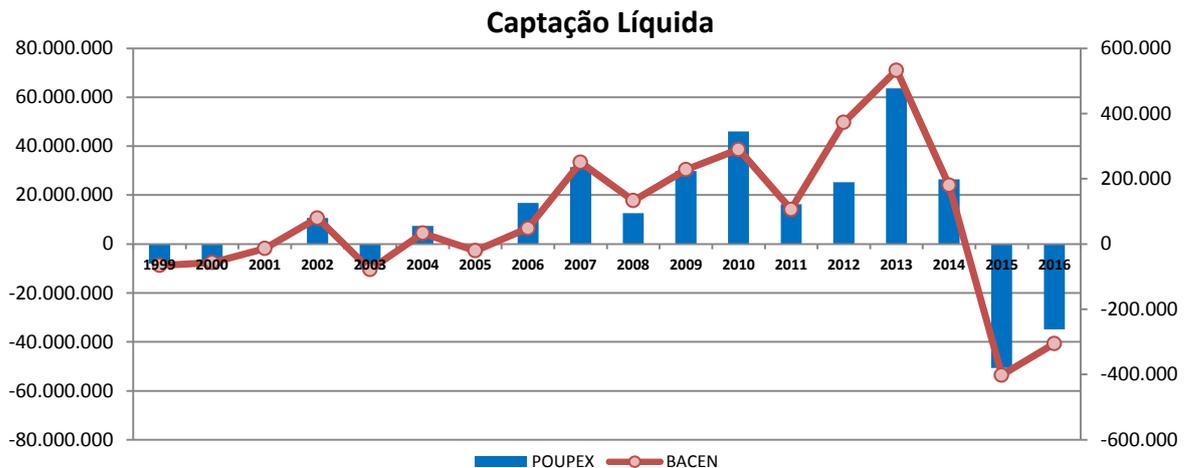
Traçando paralelo com instituições financeiras representadas por bancos de pequeno porte, que possuem posições quantitativas equivalentes às da POUPEX, verifica-se que a média do índice de liquidez de curto prazo é de 0,64, segundo informações do RiskBank, de setembro/2016. Portanto, a liquidez da Instituição apresenta-se superior a média do mercado.

De acordo com a Política de Risco de Mercado e Liquidez, o limite mínimo de disponibilidade é baseado no comportamento do fluxo de caixa dos últimos seis meses, que se manteve nos parâmetros estabelecidos pela Instituição, conforme ilustração a seguir:

R\$ mil

Acompanhamento	dez-15	dez-16
Disponível	2.150.076	2.531.785
Margem / Insuficiência	1.203.965	1.576.593

No Relatório de Poupança de dezembro, em que o BACEN divulga o comportamento da poupança, observa-se que a diferença ao longo do ano entre os saques e os depósitos foi menos R\$ 40.7 bilhões, ou seja, uma captação líquida negativa. Essa foi a segunda maior saída líquida em 21 anos, ficando atrás apenas de 2015, quando R\$ 53.568 bilhões deixaram a caderneta.



O gráfico acima demonstra que ao longo dos anos a captação líquida da poupança POUPEX acompanha a captação líquida de mercado divulgada pelo BACEN. Entretanto, a variação do comportamento da poupança POUPEX do ano de 2015 para 2016 se apresentou melhor que o comportamento do mercado.

Ressalta-se que em dezembro do corrente ano a captação líquida da POUPEX foi positiva, superando a de 2015.

Nos dois últimos anos a poupança rendeu em média 8,0%. Comparando com a inflação, que em 2016 foi de 6,29% e em 2015 foi de 10,67%, observa-se que em 2016 a poupança superou a inflação.

4 RISCO DE CRÉDITO

a) Carteira de Financiamento Imobiliário

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras junto à Instituição, nos termos pactuados, à desvalorização de contrato decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação. Na POUPEX, o risco de crédito é acompanhado por meio da avaliação do perfil dos clientes e das instituições financeiras com as quais mantém relacionamento, como também pelos procedimentos adotados pela área de gerenciamento do crédito imobiliário.

A atividade básica da POUPEX é captar, incentivar e disseminar a poupança, facilitando o acesso à aquisição e à construção da casa própria aos seus beneficiários, por intermédio do financiamento imobiliário.

A gestão de risco de crédito acompanha o desempenho da carteira de financiamento imobiliário, utilizando-se de análises sobre a Perda Esperada (PE) e o Índice da Qualidade da Carteira (IQC), com base na metodologia aplicada pelo *RiskBank* para avaliar instituições financeiras.

Abaixo, assinala-se o estágio desses índices em relação às operações da POUPEX.

Índices	Limites	dez-15	dez-16
IQC	Mín. 7,00	8,08	7,88
PE	Máx. 0,49%	0,16%	0,40%

Perda esperada (PE) da carteira equivale à confrontação do somatório das provisões e créditos baixados para prejuízo mensalmente com o total da carteira de financiamento imobiliário, quando se considera uma amostra de dados dos últimos três anos, desprezando aqueles que se apresentam fora do padrão.

Pela utilização dessa métrica, alcançou-se uma média de perda correspondente a 0,30%, com um desvio de 0,05%, o que permite à Instituição monitorar os resultados e adotar os procedimentos operacionais necessários, para as situações em que esse índice se apresente superior ao limite de alerta definido em política.

Esse limite é resultado do comportamento da carteira e revisto anualmente, sendo que o índice vem sendo mantido pela Instituição em atendimento ao patamar estabelecido.

O IQC, por sua vez, afere a qualidade da carteira de financiamento imobiliário pelo potencial de risco de não cumprimento da contraparte, tendo como parâmetro as faixas de *ratings* criadas a partir da Resolução nº 2.682/99. Esclarece-se que a POUPEX adota como 7,0 o limite mínimo para considerar a carteira de crédito satisfatória, enquanto o mercado considera 7,5, pela métrica do *RiskBank*.

Apesar de haver monitoramento regular do comportamento dessa carteira no sentido de mantê-la em patamar confortável, inclusive com reflexos na formação do resultado operacional, admite-se buscar alternativas junto aos mutuários para tratamento de eventuais situações de inadimplência, para o caso de o índice apresentar-se inferior ao limite mínimo de 7%, algo ainda não percebido na série histórica.

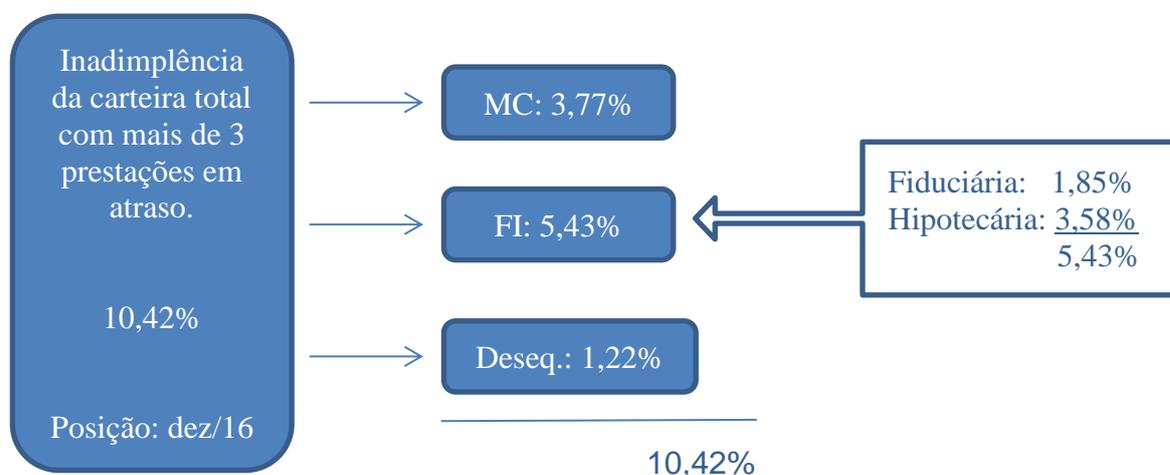
Reforça-se, ainda, que os resultados positivos do IQC têm origem, também, na metodologia conservadora atribuída à concessão do crédito, que se utiliza de critérios consistentes para avaliar a capacidade do cliente em honrar o compromisso assumido junto à Instituição.

O IQC da POUPEX vem se mantendo em nível superior ao mínimo aceitável e, em 2016, alcançou a média correspondente a 8,42 para as operações em curso normal, e 0,44 em anormal, tendo finalizado o exercício com a média de 7,98.

Os bancos de pequeno porte, referência comparativa de mercado para a POUPEX, apresentaram média de 7,08, segundo posição de setembro/2016. Além disso, caso a Instituição desconsidere os contratos desequilibrados, o IQC alcança 8,58.

A gestão de Risco de Crédito prevê ainda outras ações, como o acompanhamento do grau de inadimplência e a verificação da concentração do saldo devedor em faixas de níveis de risco previstos pela Resolução nº 2.682/99, com reflexos no provisionamento e na formação do resultado.

Considerando a realidade da carteira, o quadro a seguir mostra a posição detalhada do comportamento na inadimplência da Instituição:



*MC=material de construção; FI=financiamento imobiliário e Deseq=desequilibrados.

Analisando a inadimplência por tipo de garantia, verifica-se que as operações com alienação fiduciária se apresentam reduzida, enquanto as com garantia hipotecária possuem inadimplência maior. Contudo, vale ressaltar que a política atual da Instituição é de conceder financiamento imobiliário apenas às operações com garantia vinculada à alienação fiduciária.

De acordo com a classificação da carteira de operações de crédito registrada na Rubrica Contábil 3.1.0.00.00.00.00, a Instituição vem mantendo em bom patamar o nível de *rating*, finalizando o ano com 76,06% nos níveis AA e A, o que exige constituição modesta de 0,5% de provisionamento apenas no nível A, conforme detalhamento a seguir:

Nível	dez-15	dez-16
AA	35,42%	35,15%
A	42,81%	40,91%
B a G	20,88%	23,02%
H	0,89%	0,92%
Total das Carteiras	100%	100%

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Além da aplicação dos níveis de riscos, previstos na Resolução nº 2.682/99, à Carteira de Financiamento Imobiliário realiza-se também o acompanhamento do Fluxo de Operações Baixadas para Prejuízo e do Montante de Provisões, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	R\$ mil	
	dez-15	dez-16
Montante de Provisões	78.584	97.044
Valores Baixados para Prejuízo	1.175	2.805
Valores Recuperados de Prejuízo	1.702	3.633

Obs.: valores com características de operações de crédito.

Na composição da carteira, evidencia-se que a exposição dos dez maiores clientes em relação ao total das operações se apresentou conforme indicado a seguir:

Descrição	dez-15	dez-16
Carteira Completa	1,00%	2,07%

Obs.: valores com características de operações de crédito.

No tocante aos contratos com atrasos a POUPEX acompanhou a atual situação do mercado.

Na sequência da movimentação da carteira, o próximo quadro indica o montante das operações em atraso segregadas por faixas, excluídas as já baixadas para prejuízo:

R\$ mil

Faixas de Atrasos	dez-15	dez-16
Até 60 dias	68	955
Entre 61 e 90 dias	698	752
Entre 91 e 180 dias	2.651	2.417
Acima de 180 dias	3.109	6.057
Valor Total	6.526	10.181

Obs.: valores com características de operações de crédito.

No tocante à Exposição por Fator de Ponderação não houve variações significativas, como mostrado a seguir:

R\$ mil

Exposição por Fator de Ponderação	dez-15	dez-16
0%	12,27	15,63
20%	2.023.397	2.386.192
35%	1.307.464	1.523.756
100%	2.691.629	2.460.799
Valor Total das Exposições	6.022.503	6.370.763

Na distribuição das operações por região demográfica, verifica-se que 44,21% estão concentrados no centro-oeste, que apresenta 11,01% de inadimplimento em seus contratos.

R\$ mil

Região	dez-15	dez-16
Norte	79.561	136.660
Sul	176.277	233.630
Nordeste	186.446	267.837
Centro-Oeste	612.430	736.798
Sudeste	230.719	291.555
Valor Total das Exposições	1.285.434	1.666.480

Obs.: principal mais renda a incorporar, exceto Plano Empresário, de valores com características de operações de crédito.

Considerando-se a distribuição da carteira por Setor Econômico, a situação da POUPEX apresenta a seguinte realidade:

R\$ mil

Setor Econômico	dez-15	dez-16
Imóvel Residencial	1.268.996	1.647.886
Imóvel Comercial	7.307	7.175
Empresário	95.294	35.818
Demais Operações de Crédito	9.131	11.418
Valor Total das Exposições	1.380.728	1.702.297

Obs.: principal mais renda a incorporar, exceto Plano Empresário, de valores com características de operações de crédito.

Reforça-se que a mitigação do Risco de Crédito conta ainda com análise preliminar da situação econômico-financeira do proponente, tanto para pessoa física como jurídica, valendo-se das Políticas da Instituição e de uma Matriz de Risco, que observa os itens indicados no Art. 2º e a prudência do Art. 3º da Resolução nº 2.682/99.

Na atribuição do nível de risco são levados em consideração os seguintes aspectos:

- em relação ao devedor e seus garantidores: situação econômico-financeira, por meio do grau de endividamento, pontualidade, setor de atividade econômica e limite de crédito; e

- em relação à operação: finalidade da transação, características das garantias e valor.

A Instituição considera iniciada a operação de financiamento quando recebida a documentação indispensável para se promover as análises de viabilidade técnica, jurídica e de avaliação da garantia do crédito.

Como consequência, só se efetiva a operação quando da formalização do contrato de mútuo, que é submetido ao Cartório de Registros de Imóveis para dar publicidade ao ato e revestir a operação de cobertura jurídica adequada.

Concomitantemente, a operação é registrada tanto nos livros contábeis como na unidade geradora de caixa, permitindo a evolução e os desdobramentos de saldo.

A gestão de risco de crédito observa ainda a regulamentação vigente, formalizada pela Resolução nº 4.379 – Bacen, que dispõe sobre as diversificações de risco por cliente, monitorando o limite fixado em 25% (vinte e cinco por cento) do PR na contratação de operações de crédito para pessoas físicas ou jurídicas.

A carteira de crédito é monitorada diariamente e suas posições financeiras disponibilizadas à Governança por meio de relatórios gerados pela Coordenadoria de Riscos e Controles Internos.

b) Carteira de Aplicações Financeiras

A carteira de aplicações financeiras encontra-se alinhada aos limites definidos nas Normas de Aplicação de Recursos Financeiros da POUPEX, finalizando o exercício com quase 100% dos recursos alocados em instituições de 1ª Linha, o que representa baixo risco para longo prazo, conforme se vê adiante:

Categoria	dez-15	dez-15
1ª LINHA	99,98%	99,99%
2ª LINHA	0,02%	0,01%
3ª LINHA	0,00%	0,00%
TOTAL	100,0%	100,0%

Todas as metodologias, procedimentos e ferramentas sistêmicas que são utilizados para viabilizar a gestão e o controle de risco de crédito são documentados e revisados anualmente, inclusive por incursões da Auditoria Interna.

V CONCLUSÃO

A POUPEX é uma Associação de Poupança e Empréstimo, partícipe do Sistema Financeiro Nacional e equiparada às instituições financeiras, estando alinhada às determinações do órgão regulador.

A Instituição tem estabelecido diretriz que especifica o aprimoramento contínuo do Sistema de Controles Internos – SCI e o Gerenciamento dos Riscos, com as condições necessárias para o efetivo gerenciamento de capital, adotando procedimentos de acordo com a natureza de suas operações e complexidade dos produtos, sempre em sintonia com a realidade do mercado.

Vale ressaltar que todas as UTA estão comprometidas em estabelecer dispositivos que permitam a identificação e mitigação dos riscos na sua área de atuação, mantendo a CORCI informada quanto aos ajustes nas operações e procedimentos correspondentes.

A participação e o comprometimento de todos têm redundado em melhorias contínuas, com impactos significativos na mitigação dos riscos e no alcance dos resultados.

Por fim, a despeito de o cenário econômico encontrar-se em período de recessão, destaca-se que os índices da Instituição apresentaram flutuações inexpressivas, em consequência do desempenho positivo nas diversas carteiras dos produtos, mantendo-se em patamares sólidos e satisfatórios quando equiparados com outras do mesmo porte no mercado.

Brasília – DF, 10 de fevereiro de 2017.

ALDEMIR MENDES DA SILVA
Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI